

AVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO COMPONENTE CURRICULAR “LÍNGUA PORTUGUESA” PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS ITAQUI DA UNIPAMPA

Felipe Batista Ethur^{*}

Liliane Silveira Bonorino^{**}

Luciana Zago Ethur^{***}

Resumo: A maioria dos cursos de graduação no Brasil não possui a Língua Portuguesa como componente curricular. Nessa perspectiva, considerando-se a deficiência na compreensão e na produção textual de acadêmicos de diferentes áreas, objetivou-se com este trabalho propor a avaliação, pela comunidade universitária do Campus Itaqui da UNIPAMPA, sobre a necessidade de inclusão do componente curricular “Língua Portuguesa” nos cursos de graduação do campus. Realizou-se revisão de literatura sobre esse tema em nível de pesquisas e estudos desenvolvidos em instituições de ensino superior brasileiras. Aplicaram-se questionários a acadêmicos e docentes do Campus Itaqui. Os acadêmicos expressaram autoavaliação crítica e negativa sobre seu nível atual de leitura e de escrita, e, após, responderam que recomendariam a inclusão da Língua Portuguesa como componente curricular no seu curso por maioria de 81%. Mais crítica e negativa, ainda, foi a avaliação realizada pelos docentes nos mesmos quesitos com relação ao desempenho dos acadêmicos, considerado muito deficiente. Dentre os docentes, 86% manifestou-se favorável à inclusão desse componente curricular nos cursos. Pelas respostas da comunidade universitária e pela recente tendência nacional identificada na revisão de literatura, recomenda-se a inclusão do componente curricular Língua Portuguesa nos currículos dos cursos de graduação do Campus Itaqui da UNIPAMPA.

Palavras-chave: Produção textual. Leitura. Escrita.

^{*} Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira e Graduado em Gestão Pública pela UNINTER (PR); Assistente em Administração no Campus Itaqui da UNIPAMPA. E-mail: felipeethur@unipampa.edu.br

^{**} Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede – PPGTER/UFSM; Especialista em Linguística pela AVM Faculdade Integrada; Licenciada em Letras/Português pela UFSM; Técnica em Assuntos Educacionais no Campus Itaqui da UNIPAMPA. E-mail: lilianebonorino@unipampa.edu.br

^{***} Bióloga; Dra. em Agronomia; Profa. Associada no Campus Itaqui da UNIPAMPA. E-mail: lucianaethur@unipampa.edu.br

Introdução

Um país de não-leitores gera um país de não-pensadores e não-formuladores de opinião própria consistente sobre assuntos técnicos e profissionais. Gera, conseqüentemente, opiniões superficiais e acríticas, simbolizadas por ‘achismos’, devido a uma visão de mundo debilitada, prejudicada pela ausência de leituras. Esse fato é referendado por autores de diferentes áreas do conhecimento (Neves et al., 2006; Lopes & Dulac, 2006; Freire, 2011) e, inclusive, por autores da mídia impressa, como Oliveira (2013), quando afirma que: “De todos os rankings em que o Brasil aparece mal colocado, o 55º lugar em leitura entre 65 países avaliados no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) é dos mais preocupantes” (ZERO HORA, 13 de maio de 2013, p. 10).

O ato de leitura é um ato de reflexão e sua falta significa a ausência do pensamento e do questionamento sobre diferentes assuntos. Assim, o desinteresse pela leitura acarreta concomitantemente o desinteresse pela escrita, pois esta exige elaboração teórica, enquanto aquela a possibilita. Não há o que se escrever sobre aquilo que não se quer pensar. Pensar é condição para a formulação teórica pessoal, que se estabelece somente por meio de comparação e análise prévia de diferentes embasamentos teóricos.

A importância da leitura como embasamento para reflexões e da escrita como embasamento para formulações e a necessidade de estímulo a elas abre campo de atuação farto para o componente curricular de Língua Portuguesa no ensino superior.

O bom uso da Língua Portuguesa deve ser compreendido como necessário para a formação qualificada do profissional, independente da área de atuação. “Existe uma realidade profissional para a qual a universidade deve prepará-lo, um mercado de trabalho competitivo ao qual inevitavelmente se dirige” (ADORNO-SILVA, 2006, p. 93). Nesse sentido, a importância do componente curricular ‘Língua Portuguesa’ no ensino superior, tem sido discutida por diversos autores e já vem sendo implementada em instituições de ensino superior no país.

Por ser a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) uma universidade nova, pode-se considerar este, então, um momento apropriado para a análise e discussão da proposta dessa inclusão nos currículos dos cursos de graduação. Para isso, buscou-se uma avaliação dos acadêmicos do Campus Itaqui da UNIPAMPA sobre seu nível atual de compreensão e de produção de textos acadêmicos e científicos, e sobre o nível atual de exigência de seus cursos para atividades relacionadas à leitura, compreensão e redação de textos técnicos e científicos,

comparado à expectativa que possuíam anteriormente. Buscou-se, também, uma avaliação sobre os mesmos tópicos pelos docentes dos cursos desses alunos.

Instituições brasileiras de ensino superior têm implantado o componente curricular de Língua Portuguesa em cursos de outras áreas, não sendo uma disciplina ofertada exclusivamente ao curso de Letras. Nesse contexto, objetivou-se propor a análise e avaliação dessa possibilidade para acadêmicos e docentes do Campus Itaqui da UNIPAMPA.

1 Desenvolvimento

1.1 Revisão de Literatura

A importância da leitura, da escrita e do componente curricular de Língua Portuguesa é retratada de forma evolutiva da escola para a universidade, baseada em análises de diversos autores. Observa-se que a escola cumpre importante papel social e que constitui-se em referencial privilegiado, quando não único, para o estímulo à leitura e à escrita pelos alunos. A universidade, por sua vez, dá sequência a esse trabalho desenvolvido anteriormente pelas escolas e muitas vezes precisa sanar as deficiências de leitura e de escrita.

1.1.1 Na escola

Atualmente, a imposição de listas de leituras obrigatórias com cobrança esquemática de compreensão das obras está superada como metodologia e a escola tem de buscar formas alternativas para cumprir seu importante papel social no estímulo à leitura e à escrita por alunos.

A sociedade vê a escola como o espaço privilegiado para o desenvolvimento da leitura e da escrita, já que é nela que se dá o encontro decisivo entre a criança e a leitura/escrita. Todo estudante deve ter acesso a ler e a escrever em boas condições, mesmo que nem sempre tenha uma caminhada escolar bem traçada. Independente de sua história, merece respeito e atenção quanto a suas vivências e expectativas. Daí a importância da intervenção mediadora do professor e da ação sistematizada da escola na qualificação de habilidades indispensáveis à cidadania e à vida em sociedade, para qualquer estudante, como são o ler e o escrever (NEVES et al., 2006, p.12).

Entretanto, há análises que apontam a redução drástica dos espaços apropriados e utilizados pela sociedade para leitura e escrita unicamente à escola.

Em nossa sociedade, constatamos que, para muitas pessoas, a experiência de ler e escrever, como prática cultural habitual, reduz-se aos espaços escolares. A aprendizagem e aquisição do hábito de leitura vêm restringindo-se ao ambiente escolar e à área de língua materna, desconsiderando as possibilidades educativas de outros contextos, tais como as das demais áreas e do ambiente familiar e de trabalho (LOPES & DULAC, 2006, p. 38).

Padece nossa sociedade porque isso de fato ocorre e porque o número de horas-aula da imensa maioria de nossas escolas, que funcionam em turno único, não comporta tempo suficiente para a prática de leitura em quantidade satisfatória. Se de fato não houver continuidade de leitura pelos alunos em seus lares, acredita-se que somente o incentivo advindo do ambiente escolar não será suficiente para torná-los bons e efetivos leitores, ou seja, o estímulo também deve vir dos pais e dos próprios alunos.

Há que se reconhecer o estímulo à leitura como uma meta importante das escolas: que seja repassado aos alunos o gosto efetivo pela leitura. Essa meta passa necessariamente pelas atividades desenvolvidas no componente curricular de Língua Portuguesa. E, para atingi-la, estratégias relacionadas à exploração de novas tecnologias digitais, como *e-readers* e *e-books*, podem contribuir como recursos para o acesso de leituras de textos em formato digital, como também a indicação e a mediação de leitura de obras literárias populares. Essas, mesmo que menos estimulantes à reflexão, não devem sofrer preconceitos, pois podem contribuir no estímulo inicial ao hábito da leitura, que pode e deve se tornar frequente pelos alunos posteriormente.

Quando se trata de estimular os alunos a produzir seus próprios textos e redações, o mesmo critério deve ser observado. Não há que se impor rigores quanto às regras e normas gramaticais que inibam e desestimulem a produção do aluno. O estímulo à sua produção é necessário para que sua evolução ocorra gradativamente. Há que se buscar da mesma forma que pela leitura, o interesse e o prazer do aluno pela escrita.

1.1.2 Na universidade

Quando a escola fracassa no objetivo de estimular a leitura e a escrita, e os alunos, mesmo com deficiências, progredem em sua educação formal, os problemas chegam na universidade. Frente a esse quadro, muitas instituições de ensino superior têm incluído o componente curricular de Língua Portuguesa nos seus cursos de graduação.

Análises de instituições de ensino superior brasileiras demonstram que:

Tendo como objeto o programa curricular de cursos universitários não específicos da área da linguagem, chegou-se à conclusão de que a Língua Portuguesa representa preocupação muito frequente na maior parte das instituições e dos cursos pesquisados. Vale salientar a relevância que o tema assume nas propostas pedagógicas das instituições de Educação Superior no Brasil, uma vez que o ensino de leitura e escrita é presença marcante em um número expressivo de cursos e de instituições do quadro analisado, na forma de uma ou mais disciplinas (CAMARGO, 2009, p. 5).

Outros estudos consideram o caráter social da língua, reconhecendo a necessidade de estender seu ensino até o curso superior e apontam seus objetivos:

Acredita-se que o ensino de uma língua é um processo que deve estender-se até o curso superior. Percebe-se que, nesse nível, como aponta Geraldi (1997), o ensino de Língua Portuguesa teria dois objetivos: para o Curso de Letras, além de visar ao desenvolvimento das habilidades linguísticas dos alunos, possuiria um caráter metalinguístico, já que se destina à formação de professores de língua. Nos demais cursos, seria importante no sentido de desenvolver a competência linguística que o aluno já possui, habilitando-o a compreender e produzir textos nas mais variadas situações (SILVA & MELO, 2005, p. 9).

Também, ao analisar a expansão da inserção de componentes curriculares de Língua Portuguesa em cursos de nível superior que não Letras, segundo Ghiralde (2006), destacam-se os seguintes motivos:

A inclusão de disciplinas com tal teor no currículo de diversos cursos deve-se, basicamente, a dois motivos. Um deles é o desempenho, na língua materna, do aluno que hoje ingressa na universidade não ser como os docentes desses cursos gostariam – ou desejariam. A inclusão de tais disciplinas é vista, muitas vezes, como uma maneira de “corrigir” as supostas falhas do Ensino Médio e Fundamental. A outra razão é a expectativa de que tais disciplinas possam desenvolver no aluno habilidades consideradas necessárias para o seu desempenho durante a graduação e, quando diplomado, o exercício profissional. Essas disciplinas teriam, então, a função de “reparar” o conhecimento do aluno e, ao mesmo tempo, o de prepará-lo para o futuro profissional (GHIRALDELO, 2006, p. 7).

Pode-se aferir e acrescentar, com relação ao comentário supramencionado, que o desempenho, na língua materna, do aluno que hoje ingressa na universidade não é como os docentes desses cursos gostariam e também não é como os próprios alunos gostariam. Uma vez que os alunos já possuem uma autoavaliação também crítica de suas próprias limitações quanto à leitura e à escrita.

Com relação à importância da leitura e da escrita, ressalta-se ainda o caráter político de todo ato educativo e a necessidade de considerar-se a visão prévia de mundo dos alunos.

Em sociedade que exclui dois terços de sua população e que impõe ainda profundas injustiças à grande parte do terço para o qual funciona, é urgente que a questão da leitura e da escrita seja vista enfaticamente sob o ângulo da luta política a que a compreensão científica do problema traz sua colaboração (FREIRE, 2011, p. 17).

Freire (2011) afirma que:

Ao falar da importância do ato de ler, considero indispensável dizer algo do processo que envolve uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente (FREIRE, 2011, p. 19).

Frente a tantos desafios, fica justificada a importância recente que está sendo atribuída nacionalmente à inserção do componente curricular de Língua Portuguesa em cursos de graduação, que não os de Letras, em instituições de ensino superior no Brasil.

1.2 Metodologia

O instrumento adotado para coletar a autoavaliação dos acadêmicos ingressantes em 2012 no Campus Itaqui da UNIPAMPA foi um questionário estruturado impresso, aplicado em salas de aula. O instrumento utilizado para coletar a avaliação docente foi um formulário do *Google Docs* enviado diretamente aos e-mails dos docentes, que lecionam para essas turmas. Os retornos obtidos constituíram amostras percentuais representativas.

Abordou-se, primeiramente, a autoavaliação que acadêmicos fizeram de seu nível de compreensão e de produção de textos acadêmicos e científicos quando já se encontram no segundo semestre do curso. Houve interesse em questionar os seguintes pontos: se a Redação foi um ponto forte ou fraco quando prestaram a prova do ENEM; se o nível das exigências de seus cursos nas atividades relativas à leitura, à compreensão e à produção de textos técnico-científicos estava mais elevado, abaixo ou no nível de suas expectativas anteriores; e se o acadêmico considera importante a introdução de um componente curricular obrigatório ou complementar (opcional) de Língua Portuguesa. Foram aplicados, junto aos acadêmicos ingressantes de 2012, 94 questionários (23,5% do total de 400 ingressantes).

Abordou-se, em segunda etapa, a avaliação que os docentes dos cursos de graduação fizeram sobre o nível de compreensão e de produção de textos acadêmicos e científicos que esses acadêmicos de graduação apresentavam. Houve interesse em identificar as seguintes questões: se pelo nível atual apresentado pelos acadêmicos, os docentes estimavam que eles

tivessem obtido bom ou mau desempenho na Prova de Redação do ENEM; se os docentes consideram importante a introdução de um componente curricular ou complementar de Língua Portuguesa no Projeto Pedagógico dos cursos; e, por fim, foram convidados a fazer manifestações livres sobre o tema em questão.

2 Resultados

De uma forma geral, pode-se afirmar que os resultados foram críticos e apresentaram a mesma proposição em ambos os segmentos: acadêmicos e docentes. No entanto, no segmento docente, as críticas ao desempenho da escrita dos discentes foram ainda mais rigorosas.

2.1 Resultados obtidos junto aos acadêmicos

Atingiu-se o universo de 94 acadêmicos (23,5% do total) dos cursos de graduação do Campus Itaquí da UNIPAMPA, de um total de 400 ingressantes no ano de 2012 (Tabela 1).

Tabela 1 – Respostas de acadêmicos do Campus Itaquí da UNIPAMPA para as questões (A até E), visando à avaliação da inclusão do componente curricular Língua Portuguesa nos cursos de graduação do Campus.

A - Quanto ao nível de compreensão textual dos acadêmicos		
Alternativas	N.R.*	%
Muito bom	5**	5
Bom	35	37
Razoável	40	43
Apresenta dificuldades	14	15
Apresenta muitas dificuldades	0	0
B - Quanto ao nível de produção textual dos acadêmicos		
Alternativas	N.R.*	%
Muito bom	2**	2
Bom	17	18
Razoável	53	57
Apresenta dificuldades	19	20
Apresenta muitas dificuldades	3	3

(continua)

(continuação da Tabela 1)

C- Desempenho na prova de Redação do ENEM		
Alternativas	N.R.*	%
Beneficiou	63**	67
Não fez diferença	25	27
Prejudicou	6	6
D- Nível de exigência dos cursos comparado às expectativas		
Alternativas	N.R.*	%
Mais elevado	24**	26
No mesmo nível da expectativa	65	69
Abaixo	5	5
E- Se houver uma reforma curricular, você considera a Língua Portuguesa		
Alternativas	N.R.*	%
Recomendável como Componente Curricular Obrigatório	42**	45
Recomendável como Componente Curricular Complementar	34	36
Não recomendável	18	19

*N.R. = número de respostas.

**Total de acadêmicos que responderam: 94.

Quanto ao nível de compreensão textual dos acadêmicos, pode-se afirmar, por sua autoavaliação, que a maior parte, com 43%, concentra-se na faixa intermediária (razoável), mas que a faixa positiva (muito bom – bom) supera com grande vantagem (de 27%) a faixa negativa (dificuldades – muitas dificuldades) – (Tabela 1-A). Já quanto ao nível de produção textual dos acadêmicos, verifica-se que a maior parte, com 57%, novamente concentra-se na faixa intermediária (razoável), mas que a faixa negativa (dificuldades – muitas dificuldades) supera por 3% a faixa positiva (muito bom – bom) – (Tabela 1-B).

Ao recordar o desempenho na Prova de Redação do ENEM, os acadêmicos em ampla maioria (67%) afirmaram terem sido beneficiados por ela e poucos (6%) afirmaram terem sido prejudicados (Tabela 1-C).

Quanto ao nível de exigência de seus cursos, os acadêmicos afirmaram por ampla maioria (69%) que está dentro do esperado, enquanto a segunda maior parte (26%) afirmou estar mais elevado do que esperavam, e apenas 5% dos acadêmicos afirmaram estar abaixo da expectativa (Tabela 1-D).

Quanto à possibilidade de inclusão do componente curricular de Língua Portuguesa em seus cursos, a maioria dos acadêmicos (81%) afirmou ver necessidade de que ela seja incluída como componente curricular obrigatório ou opcional (Tabela 1-E).

2.2 Resultados obtidos junto aos docentes

Foram consultados 22 docentes responsáveis por ministrar aulas para essas turmas, as quais tinham alunos ingressantes em 2012, obtendo-se os resultados constantes na Tabela 2.

Tabela 2 – Respostas de docentes do Campus Itaquí da UNIPAMPA para as questões (A até E), visando à avaliação da inclusão do componente curricular Língua Portuguesa nos cursos de graduação do Campus.

A - Quanto ao nível de compreensão textual dos acadêmicos		
Alternativas	N.R.*	%
Muito bom	0**	0
Bom	0	0
Razoável	0	0
Apresenta dificuldades	08	36
Apresenta muitas dificuldades	14	64
B - Quanto ao nível de produção textual dos acadêmicos		
Alternativas	N.R.*	%
Muito bom	0**	0
Bom	0	0
Razoável	0	0
Apresenta dificuldades	09	41
Apresenta muitas dificuldades	13	59
C- Quanto ao desempenho na Prova de Redação do ENEM		
Alternativas	N.R.*	%
Devem ter obtido boa avaliação	01**	4
Devem ter obtido avaliação intermediária	03	14
Devem ter obtido má avaliação	18	82
D- Quanto ao nível de exigência nos Cursos de Graduação		
Alternativas	N.R.*	%
Exigência está no nível recomendado	08**	36
Exigência está baixa	10	46
Exigência mal focada	01	4
Não respondeu	03	14
E- Se houver uma reforma curricular, você considera a Língua Portuguesa		
Alternativas	N.R.*	%
Recomendável como Componente Curricular Obrigatório	15**	68
Recomendável como Componente Curricular Complementar (opcional)	04	18
Não recomendável	02	9
Não respondeu	01	5

*N.R. = número de respostas

**Total de docentes que responderam: 22.

Quanto aos níveis de compreensão e de produção textual dos acadêmicos, os docentes que responderam dividiram-se somente entre as hipóteses: “apresentam dificuldades” e

“apresentam muitas dificuldades”, com ampla maioria em ambas as questões para “apresentam muitas dificuldades” (Tabelas 2-A e B).

Quanto ao desempenho dos acadêmicos na Prova de Redação do ENEM, a grande maioria (82%) dos docentes apontou a hipótese de terem obtido má avaliação como a hipótese mais provável (Tabela 2-C). Essa expectativa contrariou o que afirmaram os acadêmicos (Tabela 1-C).

Quanto ao nível de exigências do curso, os docentes dividiram-se principalmente entre a opção que afirma que “a exigência está baixa”, com 50% dos docentes, e a opção que afirma que “a exigência está no nível recomendado”, com 40% dos docentes (Tabela 2-D).

Quanto à possibilidade de inclusão do componente curricular de Língua Portuguesa em seus cursos, a maioria dos docentes (86%) considerou a necessidade de incluí-la como componente curricular obrigatório ou opcional (tabela 2-E).

A pergunta final foi uma das que colheu resultados mais enriquecedores, fato que demonstra a importância do tema proposto. Segue a pergunta: “Você teria algum comentário específico a acrescentar a respeito do tema deste questionário?”

Seguem as respostas:

Docente A: *“Penso que o MODO como o componente curricular de Língua Portuguesa será introduzido nas grades curriculares é uma outra questão muito pertinente à essa discussão. Por exemplo, qual será o foco do componente curricular: leitura e escrita em contextos acadêmicos? Lembrando que o papel da Universidade não pode confundir-se com o papel da escola de educação básica”.*

Docente B: *“Tema de extrema relevância”.*

Docente C: *“Os acadêmicos estão chegando até a universidade com problemas sérios de escrita e interpretação de texto. As respostas encontradas para questões discursivas em avaliações são complicadas para serem avaliadas, pois as frases acabam sendo resumidas em palavras soltas, sem sentido. Existem acadêmicos excelentes, porém o grupo apresenta muitas dificuldades. Essas dificuldades são reflexos do ensino fundamental e médio. A redação do ENEM é outro ponto que não pode ser considerado, pois a mídia tem mostrado que existem muitos problemas na avaliação das redações”.*

Docente D: *“É mandatório o conhecimento correto da nossa Língua Portuguesa!”.*

Docente E: *“Acho que não é papel dos cursos de ensino superior corrigir falhas em Língua Portuguesa, decorrentes de um ensino básico sucateado. Além do mais, alguns cursos, como é o caso da Nutrição, já tem carga horária bastante elevada, e a inserção da disciplina na matriz curricular exigiria professores da área para ministrá-la”.*

Docente F: *“Eu incluiria o português de uma forma inovadora, com um professor coordenando e acompanhando a produção de textos dos alunos dentro das outras disciplinas. Finalmente um exame de proficiência em Língua Portuguesa”.*

Após análise comparativa das diferentes avaliações, verificou-se que o tema pode ser considerado pauta atual e importante do Campus Itaqui da UNIPAMPA, carente de aprofundamento de discussão e de busca de medidas concretas pelo conjunto da comunidade universitária para solução das dificuldades apontadas.

Conclusão

As tendências nacionais identificadas nas pesquisas e estudos recentes, que mostram-se favoráveis à inclusão do componente curricular de Língua Portuguesa em diversos cursos de outras áreas, não sendo uma disciplina ofertada exclusivamente ao curso de Letras, em instituições de ensino superior do Brasil, confirmam-se como realidade também no Campus Itaqui da UNIPAMPA. As respostas da comunidade universitária aos questionários apontam a necessidade da inserção dessa disciplina nos cursos de Itaqui, com o objetivo de qualificar-se o processo de formação acadêmica. Os principais motivos, apontados pelos docentes e reconhecidos pelos alunos, são as graves debilidades e dificuldades que os alunos possuem para compreender e para elaborar um texto técnico ou científico. A primeira medida recomendada é a inserção do componente curricular de Língua Portuguesa como obrigatório, que contou com o apoio da maioria dos dois segmentos (docentes e acadêmicos).

Referências

ADORNO-SILVA, Dulce Adélia. O ensino da Língua Portuguesa na universidade: o discurso e a técnica. In: GHIRALDELO, Claudete Moreno. **Língua Portuguesa no Ensino Superior: experiências e reflexões**. São Carlos: Claraluz, 2006.

CAMARGO, Márcio José Pereira de. **Ensino de Português em cursos superiores: razões e concepções**. Universidade de Sorocaba. Dissertação de Mestrado, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=166358>. Acesso em: 13 maio 2012.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2011.

GHIRALDELO, Claudete Moreno. **Língua Portuguesa no Ensino Superior: experiências e reflexões**. São Carlos: Claraluz, 2006.

LOPES, Cesar V. Machado & DULAC, Elaine B. Ferreira. Capítulo Ideias e palavras na/da ciência ou leitura e escrita: o que a ciência tem a ver com isso?. In: NEVES, Iara Conceição Bitencourt et al. (orgs). **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas**”. 7. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 37-46.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt; SOUZA, Jusamara Vieira; SCHÄFFER, Neiva Otero; GUEDES, Paulo Coimbra & KLÜSENER, Renita (orgs). **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas**”. 7. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 230 p.

SILVA, Esequiel Gomes da & MELO, Mônica Santos de Souza. Concepções do Ensino da Língua Materna sob a Égide de uma Instituição de Ensino Superior. In: SEMANA DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, VIII. **Anais...** 2005, p. 47. Disponível em:<<http://www.ichs.ufop.br/semanadeletras/viii/arquivos/trab/b47>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

ZERO HORA, Porto Alegre – RS, crônica de Rosane de Oliveira, edição de 13 de maio de 2013, p. 10.